

ANÁLISE DA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA – CPFV – ENQUANTO ORGANIZAÇÃO

Suellen Level da Costa*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as culturas que emergem no âmbito prisional da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, analisando como se organiza, desde seu contexto burocrático até as formas como se estabelecem as relações sociais entre os “dois grupos”: reeducandas e equipe dirigente. A análise é baseada em entrevistas, visitas, questionário e observação. Em seu âmbito, o que se percebe é que existe uma relação de poder quanto aos delitos cometidos e nas relações entre os dois grupos, mas, que é amenizada quando a maternidade se apresenta como elemento de identificação entre reeducandas e dirigentes.

Palavras-chave: CPFV. Organização. Relações sociais.

1. INTRODUÇÃO

A precariedade do sistema prisional é uma realidade que parece naturalizada. Ao passo que o projeto da modernidade abole a punição enquanto cena e traveste-a de reeducação e cura, como observa Foucault (2005), permanece a tendência ao espetáculo do martírio do corpo somado à degradação humana, só que agora, dentre outros objetivos, tem função de denunciar e contestar o tratamento do Estado para com seus tutelados. Algumas denúncias de corrupção e violência no cárcere institucional são registradas em vídeo e tem forte apelo moral e comercial. Diante disso, falar da “falência” do sistema prisional é praticamente consenso, segundo o que observa na mídia através de entrevistas com juristas, intelectuais, presidiárias, presidiários e sociedade em geral. A despeito disso, pouco se percebe no sentido de buscar soluções efetivas para sua situação de caos.

Tendo em vista que generalizar “a situação” prisional no país é cair no modismo e negligenciar as particularidades de cada realidade, este artigo traz uma análise da Cadeia

* Graduando de Ciências Sociais pela UFRR.

Pública Feminina de Boa Vista/RR enquanto organização, compreendendo desde as características físicas e a forma de estruturação até a maneira como se estabelecem as relações sociais, tanto no âmbito administrativo, quanto na Cadeia como um todo, abrangendo as reeducandas. Com isso, busca-se traçar elementos que caracterizam essa forma de organização cultural que ali prevalece.

As informações aqui expostas são baseadas em questionários, entrevistas/diálogos e observação não participante em dias de visita.

2. DESCRIÇÃO FÍSICA

A Cadeia Pública Feminina de Boa Vista (CPFVB) está localizada à margem direita da BR-174, sentido Brasil-Venezuela. Ela funciona como um anexo da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC) ficando a alguns metros da mesma. Tal proximidade possibilita uma percepção meio instantânea: a Cadeia Feminina, diferente da PAMC, não tem muro, só é ladeada por alambrado igual ao utilizado em quadras esportivas de praças, o que parece evidenciar a confiança em relação ao “bom comportamento” das presidiárias.

Para facilitar uma apreensão do espaço físico da CPFVB, para efeito deste trabalho, dividir-se-á em três ambientes: 1.Administração (parte da frente); 2.Ala Mãe e espaços para atividades específicas; 3.Espaço de convivência (celas, blocos e pátio), divididos por grades e portão chapado, no caso da entrada que dá acesso ao espaço de convivência.

Na entrada, do lado de dentro das grades, há uma "guarita" sediada por, em média, três policiais militares, os quais compõem o quadro de segurança externa. Na entrada do prédio tem o quadro de segurança interna, composto por agentes carcerárias e chefes de plantão (policiais civis). À direita funciona a administração e o Serviço de Vigilância Interna (SVI) e, também, na mesma sala, o Serviço de Assistência Interna (SAI) e dois alojamentos para a equipe da escolta. À esquerda, se encontra o alojamento (feminino) da equipe de segurança interna, onde é improvisado a revista imposta como segurança aos visitantes.

Além da evidência de que não houve projeto arquitetônico em relação à CPFVB, sua situação atual exige reforma. Na entrada já se observa o teto comprometido por infiltrações, devido à construção de lajes sem cobertura. A parte administrativa, atualmente, tem telhado por que os equipamentos estavam sendo comprometidos pela exposição à chuva. No momento (junho-2008), estão sendo construídos telhados nas

demais partes do prédio. A equipe de segurança interna, que fica na entrada da Ala Mãe, fica a maior parte do dia "exposta" ao sol, assim como a própria Ala Mãe.

A Ala Mãe é o espaço das gestantes e outras mulheres que têm filhos até os seis meses, salvo uma criança que tem mais de um ano e por determinação judicial permanece com na cadeia. Essa situação se torna "flexível" devido à ausência de lei nacional que compreenda a maternidade no contexto prisional. A ala é composta por "celas especiais", quartos, que dispõe de uma janela gradeada e camas de solteiro que são divididas entre mãe e filho. Em geral, assim como outros objetos, os ventiladores são adquiridos pelas próprias reeducandas. Os varais para estender roupas ficam à sombra, enquanto parte dos "quartos especiais" fica exposto ao sol.

No mesmo "compartimento" da Ala Mãe, fica o bloco do regime semi-aberto e tem espaços para atividades específicas, tais como a lavanderia, a cozinha, o parlatório, quatro quartos para visita íntima, duas salas de aulas e uma biblioteca. A lavanderia tem dois tanques plásticos para uma média de 118 mulheres; a cozinha serve para elas melhorarem as refeições que vêm de uma empresa terceirizada. Grande parte da comida vai para o lixo devido a comprometida qualidade; o parlatório é utilizado para celebrações, cultos, reuniões e eventos em geral; os quartos de visita íntima reservam-se as relações sexuais das reeducandas com seus companheiros e companheiras, pois mesmo que estas tenham companheiras na cadeia é proibido que se relacionem sexualmente fora desse espaço e em dias não programados. Portanto, seus encontros se dão as terças-feiras, quintas-feiras e sábados; as salas de aula têm funções eventuais, onde são realizadas atividades de corte-custura, artesanatos e outras. Atualmente, tem uma média de dez alunas por turmas divididas de 1^a a 4^a, 5^a e 1^o ano; a biblioteca tem poucos livros didáticos.

À porta do espaço de convivência – das presidiárias – tem mais três ou duas agentes. Tem dois blocos, A e B, gradeados e separados por um pátio. Cada corredor tem seis celas, as quais deveriam comportar até seis detentas cada uma. Devido à superlotação há celas com até oito detentas. Cada cela tem seis camas – pedras – e um banheiro com portas improvisadas por cortinas. Os espaços individuais compreendem a parede entre uma cama e outra e são caracterizados por lembranças: fotos, mensagens, crucifixos.

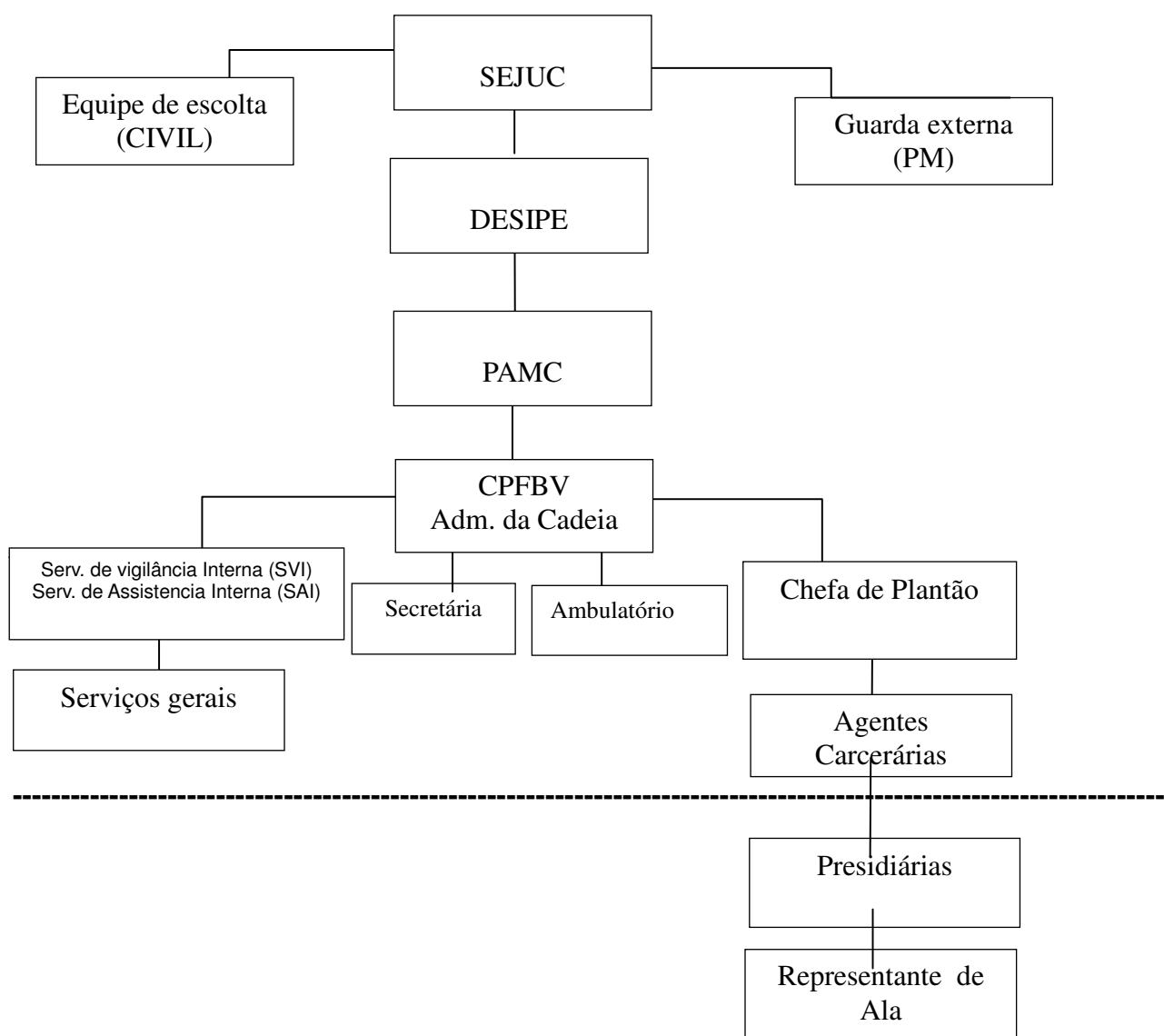
3. HISTÓRICO

Em 1996, teve o primeiro caso de mulher presa no Estado, mas a construção da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR só foi efetivada dez anos depois, em março de 2006. Até então, as mulheres presas dividiam espaço com os presidiários da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC).

Em 2003, segundo SHULER (2003) havia 30 presas na PAMC. Atualmente há uma média de 118 mulheres presas e, também, cinco crianças que moram na Cadeia Feminina com suas mães.

4. A ORGANIZAÇÃO DA CPFVB

Segundo a administradora da CPFVB, a organização da mesma se dá da seguinte forma:



A CPFBV (Cadeia Pública Feminina de Boa Vista) funciona como um anexo da PAMC, portanto subordinada a esta, que por sua vez é subordinada ao Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE). O DESIPE coordena todas as unidades prisionais do estado de Roraima. A CPFBV tem dois departamentos funcionais: a administração e, subordinada a esta, o Serviço de Vigilância Interna (SVI), o qual também desempenha função e Serviço de Assistência Interna (SAI). O SVI tem arquivo digital, implantado acerca de um ano. Esse programa facilita o registro e controle das detentas, seja a saída para consulta médica, funeral, casamentos, entre outros, como também controla suas visitas, registrando o endereço e o grau de parentesco/relação, além de atualizar a ficha criminal e o andamento do seu processo, ainda que não funcione em rede virtual, já a penitenciária é limitada a um computador.

Em relação à segurança - chefas de plantão e as agentes carcerárias - é importante ressaltar que todas são policiais civis do Estado cedidas para a SEJUC (Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania), mas subordinadas ao DESIPE. Elas atuam no sistema de rodízio entre os três presídios de Boa Vista. São três equipes dentro da Cadeia que trabalham em Plantões de 24h folgando 72h. Cada equipe é formada por uma chefe de plantão e cinco agentes carcerárias. Tem duas policiais civis que também são auxiliares de enfermagem que trabalham no ambulatório, dividindo escalas entre o dia e uma determinada hora, à noite.

No quadro fixo da Cadeia – permanente, que não tem rotatividade entre os presídios - encontram-se a administradora, a coordenadora do SVI e do SAI e duas secretárias da administradora. Os demais são cedidos para a SEJUC. Como é o caso da equipe de escolta (compreende agentes femininos e masculinos), cuja função é encarregada de escoltar as detentas fora da Cadeia, seja a saída para consulta médica, funeral, casamentos etc. Segundo um dos agentes, o quadro de policiais civis encarregados da escolta é de 150 agentes para todo o estado de Roraima. O fato de a grande parte dos funcionários não fazer parte do quadro fixo da cadeia não gera insubordinação em relação à administração, apesar de não haver regimento interno. Parece que a ausência de um regimento interno está ligada à rotatividade dos agentes e também à relação de poder entre a CPFBV e a direção do DESIPE, que regula e legitima a autoridade dos administradores dos presídios de Boa Vista.

A administradora, junto ao SVI, escolhe as presidiárias responsáveis pelo serviço de faxina, em troca de remissão de pena. Com base em Goffman (1996, p.21) fica claro que há segregação de papéis (equipe dirigente X presidiárias) no momento em que

internos acabam realizando serviços inferiores para a administração. Isso também se constata na própria função de representante de ala, encarregada de atividades, tais como, fazer levantamento de quem precisa de médico, organizar a utilização da lavanderia, fazer a lista de quem vai para a PAMC e CPBV, pegar o pão, etc. Também entra nesta lista de atividades, a função de mediação entre presidiárias e a administradora. Mas esta atividade é pouco realizada por que entre as presidiárias paira um clima de desconfiança, sendo preferível falar pessoalmente com a administradora, a qual estabelece dias específicos para escutar as detentas de cada bloco sem a mediação da representante de ala, ou das agentes carcerárias.

Tendo em vista a função da representante de ala, é importante analisar a relação das presidiárias com a administração prisional, visto que a relação com estas, de certa forma, parece influenciar na nomeação da mesma. As presidiárias nomeiam representantes de Ala, no caso três – blocos A e B e uma representante do Regime Semi-aberto. A representante de ala é indicada e subseqüentemente votada entre as presidiárias. Mas não é a pessoa mais influente que é apontada para o cargo, mas uma pessoa “tranqüila, responsável” e, principalmente, que saiba dialogar com a administração. Note-se, no entanto, que não se fala em relação de confiança, mas a própria administração tem influência sobre a escolha de representantes de ala.

5.1 PRESIDÁRIAS: RELAÇÃO DE PODER

De acordo com entrevistas entre as presidiárias, há uma certa hierarquização em relação ao delito que cometeram. O tráfico de drogas é o que tem mais prestígio entre elas. Como mais de 90% são enquadradas no artigo 33 (tráfico de drogas), o prestígio está relacionado à quantidade traficada. Mas esse “prestígio” só é em termos de piadas entre elas porque, na prática, não há autoridade entre as presidiárias. Entretanto, há obediência à equipe dirigente.

Ao serem questionadas acerca de como se organizam, as presidiárias foram logo dizendo que, “quem manda em nós é a carcereira, o diretor, a administradora e não outra presa”. A representante de ala tem uma função análoga à administrativa. Ressalta-se a diferença, pois nos presídios masculinos não há representante de ala, mas chefe de ala. O próprio termo “representante” é propositalmente empregado para definir a anulação de autoridade e poder. Ser representante de ala não é sinônimo de *status*, mas uma função trabalhosa.

No que tange a relação equipe dirigente-presidiárias, Goffman (1996, p. 19) fala que

geralmente há uma grande distância social e esta é freqüentemente prescrita: “Até a conversa entre as fronteiras pode ser realizada em tom especial”. Isso pôde ser observado em uma das visitas quando a coordenadora do SVI leva pesquisadora para conhecer as dependências da CPFBV. Quando visitou-se as celas havia uma discussão por conta de “fofocas”, em que uma das presidiárias havia falado mal de uma outra. Elas discutiam quando a coordenadora entrou no bloco em questão e, de igual modo, continuaram discutindo. A coordenadora tentou chamar a atenção falando mais alto, mas não provocou mudança de comportamento. Na saída ela se voltou para as presidiárias e falou: “o que está acontecendo aqui? (...) Não quero saber. Vocês me viram entrando com a visita e continuaram discutindo. O que ela vai pensar? Calem a boca! Vamos, cada qual para a sua cela”. Depois, voltou-se para a pesquisadora e disse: “o problema, aqui, é a fofoca que é demais. Brigam por besteira”. Essa situação pode ser analisada a luz do pensamento de Foucault (2005, p. 181) que fala do sistema de segurança através do panóptico, uma espécie de rede social de relação de poder que se estabelece como forma de controle de comportamento e manipulação corporal.

Embora haja certa informalidade, a barreira entre os dois grupos (equipe dirigente-presidiárias) é, em certos casos tácita, em outros grosseiramente imposta. Mas, a superioridade da equipe dirigente é sempre acionada, caso não esteja subentendida.

6.ELEMENTO DE IDENTIFICAÇÃO EMOCIONAL: ELEMENTO DE SOLIDARIEDADE

Na Cadeia, apesar da barreira imposta entre os dois grupos – equipe dirigente-presidiárias, é identificado um elemento comum de identificação emocional: a maternidade. A relação mãe e filho, é uma realidade que transpõe as fronteiras culturais e sociais. A situação das crianças, tanto as que moram com a respectiva mãe na Cadeia, como as que são privadas do contato materno, é um realidade que comove os dois grupos. A maternidade é o elemento emocional comum. Mas, na maioria das situações, a solidariedade não é em relação à mãe, mas às crianças que são abandonadas. Isso é constatado através da freqüente interrogação: por que você não pensou no (s) teu (s) filho (s)?

7.PROCESSO DE SELEÇÃO E MOBILIDADE

As funções de agentes carcerárias e chefas de plantão (policiais civis) que fazem parte do quadro flexível – rotativo – da Cadeia são preenchidas por concursadas da Polícia Civil do Estado cedidas para a SEJUC, mas subordinadas ao DESIPE. Já o

quadro fixo é composto por cargos de confiança. A administradora da Cadeia trabalha cerca de quinze anos na área do Sistema carcerário, tem experiência, mas não tem formação acadêmica. Essa também é a situação da coordenadora do SVI, colega de profissão há anos da administradora. Elas foram indicadas pelo Diretor do DESIPE. Devido a esta conjuntura, não há perspectiva de ascensão profissional. Ou são policiais civis cedidas para a SEJUC, ou são indicadas pelos superiores (DESIPE e SEJUC).

8.PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Como o quadro fixo da CPFBV é pequeno, de apenas cinco funcionárias, e este é preenchido por pessoas indicadas, o processo de socialização entre esse corpo acaba sendo espontâneo, até mesmo por que é uma equipe em que uma “puxa a outra” no sentido da própria indicação. Já a equipe flexível tem o processo de socialização fora da Cadeia com relação ao comportamento e perfil por serem policiais civis, uma categoria que transpõe o espaço físico, até mesmo pela rotatividade entre os demais presídios de Boa Vista. Mas, apesar da rotatividade das agentes carcerárias, estas se adaptam à Cadeia Feminina, até mesmo pelo fato de ser um ambiente de mulheres, onde as presidiárias são bem mais “comportadas” que os homens presos, o que é percebido na informalidade com que se relacionam: equipe dirigente e internas e, principalmente, a equipe dirigente entre si.

8. 1.Socialização das presidiárias

Sobre a informalidade que prevalece na Cadeia pública Feminina tem-se Goffman (1996, p.22) que diz que a Instituição Total é um híbrido social, parcialmente residencial, parcialmente organização formal, e que tal instituição mantém uma tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, forjando assim uma cultura aparente; é estufa “para mudar as pessoas, cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer do eu”

O processo de socialização das presidiárias se dá através dos ritos aos quais são submetidas e que são controlados e impostos pela equipe dirigente.

8. 2. Ritos de passagem

Goffman (1996, p.24) fala que o rito de passagem do novato (presidiária, no caso), é marcado por processos de “mortificação do eu”: rebaixamento, degradação, humilhação e profanação. Entre as mulheres aqui pesquisadas, percebe-se que a barreira entre o

mundo externo e interno, ou seja, a proibição à saída das presidiárias representa a primeira mutilação do eu. Quando entra na Cadeia a presa fica trancada durante dez dias na solitária (cela pequena, fechada por paredes e porta de chapa), o que representa não só a barreira ao mundo externo físico, como simboliza, também, o próprio processo de adaptação ao enclausuramento.

8.3 Ritos de integração

Entre as presidiárias há celebrações de datas comemorativas e aniversários das mesmas, dos quais a própria equipe dirigente participa. Essas celebrações, na maioria das vezes, são realizadas através de eventos por indivíduos ou organizações de fora em contextos eventuais.

8.4 Ritos de degradação

As presidiárias são submetidas a castigos quando descumpram as normas, como ocorre no caso de brigas entre presidiárias ou desobediência à equipe dirigente, casos em que são trancadas na cela solitária por tempo predeterminado.

9. Ritos de integração da equipe dirigente

Ao ser questionada sobre como se relacionam – equipe dirigente –, a administradora se antecipou em responder: “somos uma grande família”. Com a entrada da atual administradora e da coordenadora do SVI, as quais já eram amigas e trabalharam muitos anos juntas houve maior integração entre a equipe dirigente. Elas disseram que antes de assumirem os cargos na CPF BV, as demais funcionárias eram desarticuladas, mas com a entrada delas isso mudou. Fizeram um calendário com as datas de aniversário de cada funcionário e passaram a comemorar datas comemorativas juntas. Disseram que “antes”, era assim, e por isso resolveram fazer a mesma coisa na CPF BV, por que isso além de fortalecer os laços de amizade, valoriza as pessoas, as quais se sentem bem por serem lembradas.

Ao buscar saber de quando se tratava o “antes”, foi constatado que a coordenadora do SVI se referia ao período pré-concurso (2004). A entrada dos concursados estabelece uma nova relação, mais formal. Mas, com a interação entre concursados e pessoas do antigo quadro do Estado (pessoal de confiança), nesse contexto, há uma sobreposição destes. Portanto, esta relação integracionista da idéia de grande família é uma característica do pessoal pré-concurso.

10. COMUNICAÇÃO

Através da implantação do programa Canaimé na CPFVB, acerca de um ano, as informações relativas às presidiárias são acessíveis entre a equipe dirigente. Segundo a administradora, a chefe de plantão tem autonomia para acessar a ficha pessoal e criminal registradas no programa. O que se observa é que, entre a equipe dirigente há excesso de informalidade. Elas conversam sobre suas vidas, comercializam, tanto entre elas como com as detentas, artesanatos e coisas comestíveis, lêem revistas e fazem compras através destas, mesmo na presença de um estranho.

É importante lembrar que, embora haja comunicação informal entre presidiárias e equipe dirigente, como diz Goffman (1996, p. 20), uma das funções dessa equipe é o controle da comunicação entre os internos. Ele fala que a função também se estende ao controle da comunicação com os níveis mais elevados da equipe dirigente. Mas não há mediação, no sentido de hierarquização, entre a administradora e as presidiárias. Apesar de uma das funções da representante de Ala também ser de mediação, a administradora é “acessível”. Na fala desta, o que se percebe é a tendência da política “patriarcalista”, através da qual se busca a “personificação” da mesma.

O que se observa é que a informalidade entre equipe dirigente e presidiárias funciona como um mecanismo de mascaramento da relação de poder, que também forja uma cordialidade e, até certo ponto, lealdade das presidiárias para com a equipe dirigente, principalmente em relação à administradora. Ou seja, além do controle formal e panótico, há um controle tácito, assegurado através de uma “boa relação”. Também há restrições à transmissão de informações, sobretudo quanto aos planos dirigentes para os internados. Esta exclusão, segundo Goffman (1996, p. 20), dá à equipe dirigente uma base específica de distância e controle com relação aos internados.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a Cadeia Pública Feminina de Boa Vista é complicado, não só pela sua complexidade em si, mas por que remete a uma realidade que se atrofia nas relações estruturais do Estado. Outrora, aqui, a questão não é discutir a herança patriarcalista em Roraima, portanto, passemos às questões objetivas, no que tange a organização e o aspecto físico, que se evidenciam na da Cadeia Feminina.

A CPFVB nunca teve denúncia de corrupção, no que tange equipe dirigente-presidiárias, como é comum nos presídios masculinos do Estado, segundo o que é notificado pela mídia local. Com base nisso, a rotatividade entre o quadro flexível deveria

ser impraticada. A CPFBV deve investir em sua imagem e criar uma identidade com base na ética. Para isso, é necessário que se crie laços com a instituição, “fixando” um quadro específico de pessoal para atuar na CPFBV. A exemplo disso tem-se uma agente carcerária que ao ser questionada sobre onde prefere trabalhar respondeu que prefere a CPBV (masculina) porque fica dentro da cidade. Isso mostra que não há laço com a CPFBV, e que a ética não é encarada como um fator positivo ou que a locomoção se sobrepõe a isso.

A CPFBV deve investir na sua autonomia. Hoje, quem controla, faz planejamento e orçamento é o DESIPE. As funções da CPFBV são tão desfocalizadas que sequer tem departamentos encarregados de tais funções. A Cadeia Feminina deve ser compreendida por sua especificidade, para isso é necessário que os cargos sejam assumidos por pessoas qualificadas, as quais tenham capacidade de definir metas para a CPFBV. O primeiro passo seria a elaboração de Regimento Interno.

Em relação ao ambiente físico, o primeiro aspecto a ser discutido é o sucateamento da obra. A falta de planejamento arquitetônico é notória. A cadeia, literalmente, foi construída de “frente para às costas”, e não há laje, não tem telhado, agora, no inverno é que está sendo construído. É necessário que haja uma avaliação de um especialista para que seja apontado uma solução cabível. Mas, a curto prazo, uma puxada na frente do prédio e da parte da Ala mãe amenize a situação das agentes que ficam na entrada e das presidiárias e crianças da área em questão.

O fato da SVI e do SAI fazerem parte do mesmo espaço, mesmo que a administrado por pessoas diferentes, acaba confundindo vigilância e assistência. É necessário que se separe o SAI do SVI para que aquele seja eficaz e que, de fato, leve em consideração as necessidades específicas de cada presidiária, sem correr o risco de relacionar ao crime a que está pagando, sobrepondo, assim, vigilância à emancipação.

O SAI seria administrado por uma assistente social, a qual se encarregaria de montar uma equipe de atuação para as diversas áreas de atuação, tais como psicólogos, médicos- ginecologistas; além de dialogar com outras organizações, governamentais, que pudessem oferecer algum tipo de assistência, inclusive as Universidades e Faculdades do Estado. Desta forma, as políticas de assistência seriam efetivadas.

Em relação à comunicação, apesar da implantação do programa CANAIMÉ, este ainda não é sistematizado em rede, o que só é eficiente a nível interno. É necessário que os estados brasileiros criem projetos para interligar as regiões, o que modernizaria e facilitaria a comunicação entre os estados, e mesmo de um presídio para o outro.

No que tange a relação equipe dirigente-presidiária, isso se dá de forma muito próxima, apesar da relação tácita de superioridade-inferioridade. Isso pode representar um risco no sentido de facilitar o envolvimento entre os dois grupos, podendo assim criar situações desfavoráveis à imagem da Cadeia.

Entre a equipe dirigente, também é necessário uma dosagem de formalismo. Parece que as agentes são ociosas a maior parte do tempo, pois a função é só a vigilância.

Em relação as presidiárias, seria interessante que a cozinha fosse melhor utilizada. As próprias detentas poderiam fazer a comida, inclusive dos presídios masculinos, criando assim oportunidades para algumas presidiárias – algumas por remissão de pena, outras por salários -. Isso representaria nem só investir em mão-de-obra das presidiárias, como resolveria o problema do dispêndio com alimentação.

Também, a função de representante de ala deveria ser rotativa, através de escala, onde todas as presidiárias assumiriam a função. Assim, a administradora teria contato com todas e conheceria o perfil de cada uma, além de exigir das presidiárias maior integração e organização.

Ao centralizar, mesmo que espontaneamente, a comunicação na administradora, contribui-se para a desarticulação entre as presidiárias. Por um lado, a fofoca tem papel de controle, mas em excesso, no que tange as presidiárias, acarreta no isolamento. Num ambiente que se propõe reeducar, não é interessante que se imprima nestas mulheres a desconfiança exacerbada, a descrença no próximo. A aparente falta de união resulta na decepção com o próximo e no individualismo.

BIBLIOGRAFIA

FLEURY, Maria Tereza L., FISCHER Rosa Maria. **Cultura e Poder nas Organizações**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **Vigiar e punir**. 30ª Eªd. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 5 Ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SHULER, Rosana. **A experiência de mulheres na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo-RR**. Monografia apresentada ao Departamento de Antrpologia. Universidade Federal de Roraima, 2003.